



O presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, abriu a conferência

## Sanguinetti adverte para a crise

Montevideu (do Correspondente) — Ao abrir a quarta conferência dos ministros da Fazenda e de Relações Exteriores dos 11 países mais endividados da América Latina, o presidente do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, advertiu que a crise da dívida externa criou “uma situação que pode se transformar em incendiária”. Pediu que desta reunião saia algum instrumento novo com o qual os presidentes latino-americanos possam “golpear, não com raiva, mas com esperança; que não seja uma arma, mas uma ferramenta para construir”.

A reunião foi aberta, solenemente, pela manhã, em meio a uma expectativa geral de que desta vez o grupo denominado “Consenso de Cartagena” possa ir além da retórica e da repetição de reivindicações de melhores condições aos bancos e aos países credores. Pela primeira vez, desde a criação desse grupo, em junho do ano passado, os três maiores países da América Latina — o Brasil, a Argentina e o México — têm posições afinadas em relação ao problema da dívida externa e consideram que a evolução recente dos acontecimentos fortaleceu as teses de Cartagena.

### Dificuldades

O presidente Sanguinetti falou de improviso na abertura dos trabalhos da conferência de ministros, destacando primeiro que o Consenso de Cartagena demonstrou estar no caminho certo ao se situar num ponto intermediário entre aqueles que pregavam a moratória e os que insistiam em negar conotações políticas à crise da dívida externa, tentando limitá-la a uma questão puramente comercial. Recordou “uma feliz expressão do presidente Sarney, quando dizia que não devemos pagar a dívida externa com a fome de nossa gente, mas também com a democracia.” E assinalou que essas teses já são reconhecidas nos países industrializados.

Sanguinetti falou das dificuldades comerciais que os países da América Latina vêm enfrentando ultimamente, destacando que este ano, entre os 17 ou 18 principais produtos de exportação da região, não houve uma baixa de preços menor do que 10%.

— Se os preços fossem hoje normais, a dívida externa estaria passando a um segundo plano — concluiu Sanguinetti, ao exortar os ministros do Grupo de Cartagena a propor medidas concretas a serem adotadas pelos países devedores.

### Transferência de capital

Vários ministros que participam da reunião comentaram que o ponto central das discussões, desde as discussões prévias da comissão técnica, na semana passada, é o problema da transferência líquida de capital dos países endividados da América Latina para os países credores. Na segunda sessão de trabalho, ontem à tarde, os ministros começaram a discutir algumas medidas concretas no sentido de que haja uma forma de limitar, pelo menos durante certo tempo, a remessa desse capital para o exterior, do contrário, saldar a dívida algum dia se tornará cada vez mais uma utopia.

— A América Latina cresceu neste ano uma média de zero por cento e transferiu capitais líquidos para os países ricos num total que é 32 bilhões de dólares superior ao das transferências de 1984 — disse o chanceler argentino Dante Caputo, lembrando que nesse mesmo período a região avançou no sentido da democracia, mas “precisa crescer para poder mantê-la”.

— Temos que ver, nesta reunião, como podemos parar essa transferência de recursos, e este é um tema demasiado sério para se fazer dele apenas retórica. O que necessitamos é de um plano de emergência muito concreto. Estamos financiando os países ricos do Norte, e isto é inadmissível e absurdo — acrescentou Caputo, concluindo que as discussões no Consenso de Cartagena já amadureceram a tal ponto que só podem desembocar em “medidas específicas”.

Sempre muito cauteloso em suas declarações, o chanceler brasileiro, Olavo Setúbal, revelou que, até agora, só há unanimidade na reunião em relação ao diagnóstico da atual situação: necessidade de crescimento, controle das taxas de juros, facilidades no comércio mundial etc. “Ainda falta o consenso sobre o que devemos fazer”, disse o ministro. Setúbal negou também que já exista uma contraproposta a ser apresentada aos Estados Unidos, no final deste encontro, em resposta ao “Plano Baker”, de ajuda aos países endividados.

— Não devemos falar em contraproposta mas sim em sugestões para ampliá-lo, pois, por enquanto, o Plano Baker só se preocupa com o fluxo de caixa, quando precisa abranger também vários outros campos para alcançar verdadeiramente seus objetivos — disse o chanceler Setúbal.

Para o chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda Amor, a prioridade das discussões em Montevideu deve ser encontrar “mecanismos idôneos” que permitam “o pagamento dos serviços da dívida externa de tal maneira a não afetar o necessário desenvolvimento de cada país devedor”. Ele acha que o “clima político da América Latina é, atualmente, favorável a uma articulação de ações”.

Já o ministro Dilon Funaro previu que deverá sair de Montevideu um “plano de emergência, baseado num programa de ajuste econômico que permita o crescimento”. Ele acha que atualmente o Brasil é, na América Latina, o único país que está conseguindo trilhar esse caminho “com bons resultados”, pois nos demais não se está conseguindo alcançar a meta de crescimento estabelecida em cada caso.

O ministro da Fazenda do Peru, Luís Alva Castro, também se dizia contente com os resultados do programa econômico adotado em seu país desde que o presidente Alan García restringiu o pagamento do serviço da dívida externa a no máximo, 10% do valor de suas exportações. “Os resultados no Peru são muito positivos. Ao colocar internamente recursos que seriam destinados ao exterior, melhoramos a situação externa e pudemos controlar melhor a inflação”, afirmou Castro.

O ministro peruano acha também que “chegou a hora” de o Consenso de Cartagena anunciar “medidas específicas e concretas” capazes de deter o fluxo negativo de recursos para o exterior, aproveitando que os países ricos e, em especial os Estados Unidos, através do Plano Baker, já reconhecem a tese da co-responsabilidade de devedores e credores. “Isso é um avanço. Mas precisamos avançar mais ainda e não podemos deixar que se institucionalizem modelos que fracassaram no passado”, disse Alva Castro.

Finalmente, o ministro peruano se disse convencido “de que a cada dia avançamos gravemente para uma confrontação, na qual os países devedores não poderão honrar seus compromissos e não poderão efetuar os pagamentos previstos”.

A conferência do Consenso de Cartagena foi instalada sem a presença dos dois ministros venezuelanos, que, sob a alegação de que estão negociando com o Parlamento nesses dias, enviaram o presidente do Banco Central. Também não vieram os ministros do Equador e a Colômbia enviou apenas o chanceler.

Depois da abertura solene, houve, ontem, duas reuniões de trabalho. Na primeira, o secretário pro tempore do Consenso de Cartagena, o chanceler uruguaio, Enrique Iglesias, fez uma exposição geral sobre a situação atual e a atuação do grupo desde sua criação, em junho de 1984. Depois cada delegação se manifestou rapidamente. À tarde, começaram a ser analisadas algumas propostas concretas, que são mantidas em sigilo, para serem divulgadas no final apenas as que forem aprovadas. O documento final deverá ser lido amanhã de manhã, depois de mais duas longas reuniões plenárias previstas para hoje.